

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA
COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA MUNICIPAL - DTP/SMTC
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Decisão nº 60/2021 CMRI

Porto Alegre, 30 de novembro de 2021.

Recurso nº: 004497-21-33

Recorrente: Sigiloso

Órgão Requerido: Secretaria Municipal de Transparência - **SMTC**

Relator: Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio - **SMAP**

1. Relatório

1.1 Resumo do pedido original

Trata-se de pedido de “[...] Fiz uma Ouvidoria através do site da Prefeitura (nº do protocolo 024138-21-40) e encaminham a CGMUNI, dizendo que o processo está em sigilo. Eu gostaria de acompanhar este processo (Processo SEI nº 21.0.000064378-2). Até porque eu não pedi sigilo na minha denúncia. Fico no aguardo de esclarecimentos.” A solicitação foi apresentada, inicialmente, em 02 de agosto de 2021 (15464857).

1.2 Razões do órgão/entidade requerida

A SMTC, inicialmente, afirmou que "Relativo ao seu pedido de informação ao Município de Porto Alegre, informamos que não é possível conceder acesso ao processo sigiloso 21.0.000064378-2, mesmo ao próprio denunciante. O que é possível é encaminhar ao denunciante o retorno da unidade responsável referente a denúncia. Conforme já foi feito na solicitação anterior."

1.3 Razões do recorrente

Em sua argumentação, o(a) Requerente alegou que tem o direito de receber informações acerca da denúncia efetuada.

2. Análise de admissibilidade do recurso

O recurso foi interposto no dia 19 de agosto de 2021, dentro do prazo legal de 10 dias da ciência da resposta encaminhada pela SMTC, o que se deu no dia 17 de agosto de 2021. Dessa forma, é tempestivo e o(a) Requerente é parte legítima para solicitar o reexame da matéria.

3. Análise do mérito

O pedido de que trata o processo 21.0.000090276-1 já foi analisado por esta CMRI, visto que o requerente fez o mesmo pedido 3 (três) vezes, nos processos 21.0.000090276-1, 21.0.000064729-0 e 21.0.000090272-9. O último processo originou a Decisão Administrativa 56/2021 (16096257), razão pela qual consideramos impertinente o recurso interposto neste expediente.

4. Decisão

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade dos presentes, decide por negar provimento ao recurso apresentado por impertinência da reanálise do tema.

5. Providências

À Secretaria-Executiva da CMRI para cientificar o(a) Recorrente da presente Decisão.

De acordo:

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – **SMTC**

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**
Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**
Divisão de Gestão Documental

Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política - **SMGOV**

Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - **PROCEMPA**

Procuradoria Geral do Município – **PGM**

Gabinete do Prefeito – **GP**



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Reda Eloy, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 15:17, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Lacerda Couto, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 15:17, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiéli Aurelio Irigaray, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 15:17, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Heleno Baptista Franken, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 15:17, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Trisch Mendonça, Servidor Público**, em 30/11/2021, às 15:17, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor Público**, em 30/11/2021, às 15:17, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Garcia Brock, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 15:17, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Decio Schwelm Vidal, Servidor Público**, em 30/11/2021, às 15:17, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procompa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **16496127** e o código CRC **2C96BFC6**.